

SOCIEDADE BRASILEIRA II



DIRETO DO CONCURSO

01. (IDECAN/PM-CE/2º TENENTE QPOM DA POLÍCIA MILITAR/2023) Os direitos das pessoas LGBTQIAP+ ganharam destaque nos últimos anos em âmbito nacional e internacional. Acerca do tema, julgue as assertivas a seguir, à luz da principiologia aplicável e da jurisprudência consolidada no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Ao final, marque a alternativa correta:

I – O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação da vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa.

II – Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição Federal, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei n. 7.716/1989.

III – Regra da Anvisa e do Ministério da Saúde que proíbe a doação de sangue por homossexuais é inconstitucional, discriminatória e viola os preceitos constitucionais.

IV – Os direitos das pessoas LGBTQIAP+ têm como guia de interpretação do direito à igualdade e combate à discriminação os Princípios de Yogyakarta, que tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero.

a) A F, V, F, F.

b) V, V, V, V.

c) F, F, F, F.

d) V, V, F, F.

e) F, V, V, F.



A primeira assertiva é verdadeira. Vale lembrar que a pessoa transgênero possui direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil. Para essa alteração, basta a manifestação de vontade, podendo o interessado

optar pela via judicial ou diretamente pela via administrativa. Qualquer pessoa trans pode dirigir-se ao cartório para solicitar a mudança de nome. A identidade de gênero corresponde à forma como a pessoa se percebe, enquanto a orientação sexual diz respeito a quem atrai afetiva ou sexualmente. Assim, identidade é a autopercepção, e sua alteração depende apenas da vontade expressa do indivíduo.

Quanto às condutas homofóbicas e transfóbicas, a professora explica que, até que o Congresso Nacional edite lei específica para regulamentar os mandados de criminalização previstos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição Federal, tais comportamentos, reais ou supostos, configuram expressões de racismo em sua dimensão social. Por esse motivo, ajustam-se às hipóteses previstas na Lei n. 7.716/1989, equiparando-se ao crime de racismo.

Além disso, existia uma antiga regra da Anvisa e do Ministério da Saúde que proibia a doação de sangue por homossexuais, afirmando tratar-se de norma inconstitucional e discriminatória por violar preceitos constitucionais. Em 2020, o Supremo Tribunal Federal decidiu que não existe doença exclusiva da comunidade gay que justificasse tal restrição.

Os direitos da população LGBTQIAP+ são interpretados à luz dos Princípios de Yogyakarta, elaborados por especialistas reunidos na Indonésia, país marcado por forte histórico de preconceito. Esses princípios tratam da aplicação de normas de direitos humanos relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero, constituindo orientação relevante na promoção da igualdade e no enfrentamento da discriminação.



5m

02. (CESGRANRIO/2024/IPEA/TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E PESQUISA/POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO) Considere o texto referente à comunidade LGBT.

A Constituição Federal elenca em seu artigo 3º os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entre eles, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No entanto, o Brasil é considerado um dos países que mais discrimina e mata pessoas LGBT no mundo. Relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais, ILGA, aponta que o país é o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBT. Também é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, GGB, a cada 19 horas, uma pessoa LGBT é morta no Brasil. Conforme a Rede Trans Brasil, a cada 26 horas, aproximadamente, uma pessoa trans é assassinada. A expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos.

Disponível em: <https://editoraforum.com.br/noticias/7-direitos-lgbtqia-para-conhecer-e-respeitar/>

Acesso em: 01 dez. 2023. Adaptado.

Nesse contexto, com relação à luta por direitos dessa comunidade:

- a) A adoção de crianças por casais homoafetivos permanece proibida em todo o país.
- b) A homofobia é considerada um crime passível de prisão, e a transfobia uma contravenção.
- c) O Supremo Tribunal Federal reconheceu o uso do nome social restrito a trabalhadores do setor privado.
- d) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo.
- e) As presidiárias transexuais femininas permanecem restritas aos presídios masculinos.



- a) A adoção por casais homoafetivos não permanece proibida no país.
- b) A homofobia não é o único comportamento considerado crime; a transfobia também configura crime passível de prisão.
- c) O uso do nome social não foi reconhecido apenas para trabalhadores do setor privado.
- d) Foi reconhecida a união estável entre pessoas do mesmo sexo.
- e) Uma mulher trans não permanece automaticamente em presídio masculino. Em caso de condenação, a pessoa trans é questionada sobre o estabelecimento prisional para o qual deseja ser encaminhada.

03. Sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto n. 7.053/2009) e sua aplicação, assinale a alternativa correta:

- a) A política define pessoa em situação de rua apenas como aquela que vive permanentemente em logradouros públicos, excluindo as que utilizam abrigos temporários.
- b) Entre seus princípios estão o respeito à dignidade da pessoa humana, a promoção da cidadania e a articulação intersetorial de políticas públicas.
- c) A responsabilidade pela execução das ações é exclusivamente da União, sem participação dos entes federativos.
- d) O acesso aos serviços públicos é condicionado ao cadastramento prévio e comprovação de residência fixa.
- e) O decreto estabelece como meta prioritária a erradicação imediata da pobreza absoluta, mas não prevê participação popular no controle social.



- a) Pessoa em situação de rua não é apenas quem vive permanentemente em logradouros públicos. Aqueles que utilizam abrigos temporários também são considerados em situação de rua, já que não dispõem de local para onde retornar.

- b) Entre os princípios da política estão o respeito à dignidade humana, a promoção da cidadania e a articulação intersetorial de políticas públicas.
 - c) A responsabilidade pela execução da política não é exclusiva da União. Ela envolve União, estados, Distrito Federal e municípios.
 - d) O acesso a serviços públicos não exige comprovação de residência fixa. Exige-se o cadastramento no CadÚnico, mas não a comprovação de endereço, até porque essa população não dispõe de residência.
 - e) O decreto prevê participação social. A participação da sociedade é considerada essencial no controle social das políticas.
-

04. (FGV/2024/CÂMARA DE FORTALEZA/CE/CONSULTOR LEGISLATIVO/DIREITOS HUMANOS)

A Constituição Federal dispõe que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível. Sobre as diversas formas de racismo, analise os itens a seguir:

I – Racismo institucional

II – Racismo religioso

III – Racismo reverso

IV – Racismo ambiental

a) I, III e IV, apenas.

b) I, II e III, apenas.

c) I e III, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.



I – É reconhecido que existe racismo institucional. Pessoas indígenas e negras frequentemente sofrem tratamento inadequado em empresas privadas e órgãos públicos, especialmente quando o episódio envolve servidores públicos. Destaca-se a necessidade de capacitação do Estado e de seus representantes para evitar tais práticas.

II – O racismo religioso também existe. Dados do IBGE indicam que a maioria da população preta no Brasil é evangélica, o que desconstrói a ideia recorrente de que pessoas negras estariam necessariamente vinculadas a religiões de matriz africana. Informações do instituto revelam ainda que grande parcela dos praticantes de religiões de matriz africana é composta por pessoas brancas.

III – Racismo reverso não existe. Não há registro de sociedade na qual uma minoria preta tenha exercido opressão estrutural sobre uma maioria branca. Exemplos como o da África

do Sul não se aplicam, pois ali a população preta constitui maioria, embora historicamente oprimida pelos brancos. Casos isolados em empresas não configuram racismo reverso, pois a avaliação deve considerar estruturas de poder. Há precedente do STJ no qual se negou pedido de indenização por suposto racismo reverso, firmando-se o entendimento de que tal conceito é inexistente. A hostilidade contra brancos não se compara à tradição histórica de violência e discriminação sistemática sofrida por pessoas negras.

IV – Racismo ambiental existe.

05. (FGV/2024/CÂMARA DE FORTALEZA/CE/CONSULTOR LEGISLATIVO/DIREITOS HUMANOS) A Lei n. 12.288/2010, Estatuto da Igualdade Racial, visa garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Sobre o referido Estatuto, assinale a afirmativa correta.

- a) Instituiu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).
- b) Prioriza a criminalização das condutas racista, como forma de promover o fim desta prática interpessoal.
- c) Indica a necessidade de maiores privilégios às pessoas negras, tendo em vista ser a minoria da população brasileira.
- d) Em relação ao direito à educação, o ensino facultativo de história geral da África e da história da população negra no Brasil.
- e) Aponta a desnecessidade de maior investimento no campo da educação, pois não há diferença de acesso em relação às pessoas brancas.



- a) O Estatuto instituiu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
 - b) O Estatuto não prioriza a criminalização de condutas racistas como forma de combater a prática. A prioridade é a conscientização. O foco do Estatuto é a educação e a promoção da igualdade, e não a aplicação de penas, ainda que o racismo seja crime.
 - c) Não há indicação de necessidade de concessão de maiores privilégios às pessoas negras, e além disso a população negra não é minoria. Somando pretos e pardos, constitui-se a maior parcela da sociedade brasileira.
 - d) Não é facultativo o ensino de História Geral da África e da História da População Negra. Trata-se de conteúdo obrigatório nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio.
 - e) O Estatuto aponta a necessidade de maior investimento em educação, justamente para reduzir desigualdades. A afirmação de que não há diferença de acesso e que, portanto, não seriam necessários investimentos adicionais está incorreta.
-



15m

06. (FGV/2024/CÂMARA DE FORTALEZA/CE/CONSULTOR LEGISLATIVO/DIREITOS HUMANOS)

As relações étnico-raciais no Brasil são impactadas pelo passado escravocrata, que perdurou por mais de 300 anos. Neste contexto, assinale a afirmativa correta.

- a) O índice de encarceramento de pessoas negras reforça a tese de que estas são mais propensas à prática criminosa.
- b) As teorias eugenistas prevalecem atualmente no país, tendo em vista a evidente superioridade moral das pessoas brancas.
- c) A abolição da escravatura com a assinatura da Lei Áurea determinou a adoção de medidas compensatórias em favor das pessoas escravizadas.
- d) O Brasil é composto por uma população mestiça, a qual não é possível identificar uma pessoa negra, o que gera uma hierarquia racial.
- e) A política de incentivo à migração europeia com a previsão de benefícios e acesso à terra é um exemplo de ação afirmativa, que visava ao embranquecimento da população brasileira.



- a) A afirmação de que o índice de encarceramento de pessoas negras reforçaria a tese de que essas pessoas seriam mais propensas a práticas criminosas está incorreta. O encarceramento elevado reflete fatores socioeconômicos, já que grande parte da população pobre é negra. A análise não possui relação com suposta predisposição biológica ou genética. O encarceramento maior entre pessoas brancas que cometem crimes de grande impacto econômico é citado como exemplo da desigualdade racial na persecução penal.
- b) As teorias eugenistas não prevalecem atualmente no Brasil. A ideia de superioridade moral das pessoas brancas é equivocada e inaceitável. Cita-se que, historicamente, figuras como Getúlio Vargas adotaram políticas eugenistas, buscando incentivar a imigração europeia com o intuito de embranquecer a população. Exemplos culturais são mencionados apenas para ilustrar esse período.
- c) A assinatura da Lei Áurea não determinou a adoção de medidas compensatórias às pessoas escravizadas.
- d) A afirmação de que não seria possível identificar quem é negro em razão da miscigenação está incorreta. Tal ideia, segundo o comentário, reforça uma hierarquia racial ao negar identidades raciais que são reconhecíveis.
- e) A política de incentivo à migração europeia, com oferta de benefícios e acesso à terra, constitui exemplo de ação afirmativa cujo objetivo era o embranquecimento da população brasileira.



20m

07. (FGV/2024/CÂMARA DE FORTALEZA/CE/CONSULTOR LEGISLATIVO/DIREITOS HUMANOS)
Sobre racismo e violência, analise os tópicos a seguir:

I – O homicídio de pessoas negras aumentou 11,5% entre 2008 e 2018, na contramão do número de homicídios de pessoas brancas, amarelas e indígenas, que caiu quase 13% no mesmo período.

II – Atualmente, mulheres negras representam 62% das vítimas de feminicídio no Brasil, apesar da diminuição de casos envolvendo mulheres brancas.

III – As mulheres negras são as que mais sofrem violência obstétrica, como por exemplo o uso reduzido de anestesia, em desacordo com os protocolos do Ministério da Saúde para a realização dos partos.

IV – As religiões de matriz africana sofrem com os ataques racistas e preconceituosos devido à sua origem étnica e cultural.

a) I, III e IV, apenas.

b) I, II e III, apenas.

c) I e III, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.



I – Correto: o homicídio de pessoas negras aumentou mais de 11% entre 2008 e 2018, enquanto os homicídios de pessoas brancas, amarelas e indígenas diminuiram.

II – Correto: mulheres negras representam 62% das vítimas de feminicídio no Brasil, apesar da queda nos casos envolvendo mulheres brancas.

III – Correto: mulheres negras são as que mais sofrem violência obstétrica, como o uso reduzido de anestesia, contrariando protocolos do Ministério da Saúde.

IV – Correto: religiões de matriz africana sofrem ataques racistas e preconceituosos em razão de sua origem étnica e cultural.

08. (FGV/2024/CÂMARA DE FORTALEZA/CE/CONSULTOR LEGISLATIVO/DIREITOS HUMANOS)
O sucesso do livro “O que é lugar de fala?” da filósofa Djamila Ribeiro gerou o interesse sobre a história do movimento negro e do antirracismo no Brasil. Sobre esta temática, assinale a afirmativa correta.

a) O conceito de “lugar de fala” se refere à necessidade de que determinados grupos sociais marginalizados tenham a exclusividade de falar sobre os assuntos referentes às suas vulnerabilidades.

- b) O movimento negro no Brasil é um movimento único, em que a pessoa negra está inserida, tendo em vista sua identidade racial reconhecida pela sociedade.
- c) O feminismo negro reconhece que as lutas feministas e antirracistas são interconectadas e devem ser abordadas de maneira conjunta para criar mudanças sociais significativas.
- d) No ano de 1988, o movimento negro celebrou o centenário da abolição da escravidão, o qual reconheceu a Princesa Isabel como a principal responsável por tal benesse.
- e) O movimento negro, atualmente, defende a necessidade de desconsiderar a separação da população brasileira em raças, pois tal atitude fomenta a divisão social e as práticas racistas.



- a) O conceito de lugar de fala não significa exclusividade. A crítica apresentada é justamente a essa compreensão equivocada. Lugar de fala diz respeito à prioridade, e não à exclusividade. Ao tratar da questão negra, a prioridade deve ser dada a pessoas negras, embora pessoas brancas também possam falar sobre o tema.
- b) O movimento negro no Brasil não é único. Há divergências internas, e diferentes grupos e lideranças apresentam entendimentos distintos.
- c) O feminismo negro reconhece que as lutas feministas e antirracistas são interligadas e precisam ser tratadas conjuntamente para promover transformações sociais consistentes.
- d) O movimento negro não atribui à Princesa Isabel o mérito principal pela abolição da escravidão. A crítica aponta que a assinatura da Lei Áurea ocorreu sob pressão externa, sobretudo do Reino Unido, e que não representa uma ação de benevolência, mas um ato tardio diante de forte mobilização social e política contra a escravidão.
- e) A ideia de desconsiderar a separação racial, sob o argumento de evitar divisão social, não é defendida pelo movimento negro. Pelo contrário, reconhecer essas categorias é necessário para a formulação de políticas públicas de ação afirmativa e para a reparação histórica.

09. (FGV/2024/CÂMARA DE FORTALEZA/CE/CONSULTOR LEGISLATIVO/DIREITOS HUMANOS) A Lei n. 12.711/2012 instituiu a ação afirmativa de reserva de vagas em instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação. Sobre as políticas afirmativas previstas, assinale a afirmativa correta.

- a) A mencionada política pública adota exclusivamente o critério racial para destinar as vagas reservadas.
- b) O programa especial para o acesso às instituições de educação superior é temporário, pois possui prazo extintivo em 10 (dez) anos.

- c) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da política de reserva de vagas, tendo em vista a afronta ao princípio da igualdade.
- d) As comissões de heteroidentificação se afiguram como tribunais raciais, reproduzindo práticas racistas, que reforçam estereótipos raciais.
- e) A legislação foi alterada pela Lei n. 14.723/2023, com a inclusão de quilombolas como beneficiários da ação afirmativa.



Antes de analisar as alternativas, vale lembrar de como funciona sistema de cotas no Brasil:

- Em um curso com 100 vagas, metade é destinada a estudantes da escola pública e metade à ampla concorrência.
- Dentro das vagas da escola pública, metade é para estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e metade para aqueles com renda superior.
- Entre os cotistas da escola pública, há distribuição entre pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.
- O critério não é exclusivamente racial, pois inclui fatores socioeconômicos e outros marcadores.

Assim:

- a) A política de cotas não adota exclusivamente o critério racial. Existe também o critério socioeconômico para quem cursou integralmente o ensino médio em escola pública.
- b) A política de cotas não possui prazo de vigência estabelecido em 10 anos. Não há prazo extintivo. O programa permanece até que se alcance acesso equânime à educação superior.
- c) O Supremo Tribunal Federal não reconheceu inconstitucionalidade na política de reserva de vagas.
- d) A afirmação de que as comissões de heteroidentificação configurariam tribunais raciais que reproduziriam práticas racistas está incorreta. Embora possa parecer essa a interpretação, não corresponde ao que ocorre.
- e) A legislação de cotas foi alterada em 2023 e passou a incluir pessoas quilombolas entre as categorias beneficiárias.

10. (FGV/2024/CÂMARA DE FORTALEZA/CE/CONSULTOR LEGISLATIVO/DIREITOS HUMANOS)
Sobre a evolução dos direitos das mulheres em âmbito nacional, assinale a afirmativa correta.

- a) Todas as mulheres puderam votar apenas com o advento da Constituição promulgada em 1988.
- b) O Estatuto da Mulher Casada foi um avanço, que permitiu à mulher, dentre outros direitos, a possibilidade de receber herança, sem a necessidade de autorização do marido.

- c) O Código Civil prevê a possibilidade de anulação do casamento, na hipótese de um dos cônjuges descobrir que o outro não era virgem antes do matrimônio.
- d) Os crimes contra a dignidade sexual previstos no Código Penal indicam a necessidade de a vítima se apresentar socialmente como mulher honesta para a configuração de fato típico.
- e) O dever de cuidado dos filhos tem um caráter dúplice, uma vez que também se afigura como um direito da mulher exercer plenamente o poder familiar.



- a) As mulheres não passaram a votar apenas em 1988. O voto feminino foi instituído em 1934, durante o governo Vargas.
 - b) O Estatuto da Mulher Casada não foi um avanço, mas um retrocesso. Esse estatuto impedia, por exemplo, que a mulher recebesse herança sem a assinatura do marido. Assim, embora o gabarito oficial aponte a letra B como correta, o conteúdo do Estatuto não representa avanço.
 - c) O Código Civil não previa que “um dos cônjuges” pudesse anular o casamento ao descobrir que o outro não era virgem. A previsão recaía especificamente sobre o homem, que poderia anular o casamento caso descobrisse – ou suspeitasse – que a mulher não era virgem.
 - d) Os crimes contra a dignidade sexual não exigem que a vítima se apresente socialmente como “mulher honesta”.
 - e) A afirmação de que o dever de cuidado dos filhos tem caráter dúplice, sendo também um direito da mulher exercer plenamente o poder familiar, é verdadeira. Entretanto, esse direito sempre existiu, e não se trata de novidade. Ainda assim, diante do gabarito apresentado, mantém-se a letra B como resposta oficial, embora questionável.
-

11. (FGV/2024/CÂMARA DE FORTALEZA/CE/CONSULTOR LEGISLATIVO/DIREITOS HUMANOS)

A Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha, é resultado da luta de movimentos feministas, cujo objetivo é coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Neste sentido, é correto afirmar que:

- a) O descumprimento da medida protetiva configura infração administrativa, prevista pena de multa pessoal por inobservância da determinação judicial.
- b) O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o uso da tese da legítima defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres.
- c) As medidas protetivas de urgência vigorarão pelo prazo correspondente à duração do processo que apura os fatos criminosos, sob pena de violação à liberdade do acusado.

- d) A referida lei possui caráter exclusivamente penal, uma vez que dispõe sobre crimes com a finalidade de coibir a violência doméstica e familiar.
- e) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concluiu que a Lei Maria da Penha deve ser aplicada apenas aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres cisgênero.



- a) O descumprimento da medida protetiva não configura infração administrativa, nem gera multa. Trata-se de hipótese que pode levar à prisão.
- b) O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a tese da legítima defesa da honra em julgamentos de feminicídio ou agressões contra mulheres. A vedação é recente, de 2024.
- c) As medidas protetivas não vigem por todo o processo; vigoram por 90 dias, sendo possível sua renovação.
- d) A Lei Maria da Penha não possui caráter exclusivamente penal. Também possui caráter educativo e de conscientização.
- e) O Superior Tribunal de Justiça entende que a Lei Maria da Penha também se aplica a mulheres trans e a casais homossexuais.



30m

GABARITO

01. b**05. a****09. e****02. d****06. e****10. b****03. b****07. e****11. b****04. d****08. c**

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pela professora Rebecca Caroline Rocha de Souza Guimarães.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.